Ano 7 • Número 8 • setembro de 2010 • www.cni.org.br

destaques do mês

Brasil já tem contratados 5.300 MW de energia eólica até 2013

Segundo o ministro de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, o País já tem contratados 5.300 MW de energia eólica, instalados ou em implementação até 2013. O ministro destacou o resultado dos leilões de fontes alternativas ocorrido em agosto, nos quais a energia eólica dominou a contratação com preços por volta de R$ 133/MWh, alcançando cerca de R$ 120/MWh em alguns casos. "As eólicas entraram, definitivamente, para disputar o A-3 com as outras fontes", disse Zimmermann. Hoje, o setor tem 744 MW de capacidade instalada, e ainda 1.806 MW em processo de instalação e terá mais 2.047 MW até 2013, resultado dos contratos fechados nos leilões, totalizando 5.341 MW. (30.08.2010 – Agência Brasil)

Geração térmica será reduzida para 2,5 mil MWmed em setembro

O ministério de Minas e Energia prevê que a geração de usinas térmicas deve cair na primeira semana de setembro. Em agosto, as térmicas movidas a gás natural e carvão forneceram 4 mil MW médios por semana, nível que deve cair para 2,5 mil MW médios logo na primeira semana de setembro. Apesar da seca, o nível atual dos reservatórios no País corresponde a 90% da média histórica, um volume seguro para que as hidrelétricas funcionem e algumas térmicas possam ser desligadas. Os reservatórios da região Nordeste estão em situação mais crítica, mas não devem comprometer a segurança energética do País até a chegada da época de chuvas. O acionamento de muitas térmicas em agosto foi justificado como uma medida de precaução. (31.08.10 – Diário do Nordeste)

Governo prepara concessões de dois portos

O governo vai lançar até o fim do ano duas concessões para a construção dos novos portos que serão instalados em Manaus (AM) e em Aratu (BA). Nas próximas semanas, a Secretaria Especial dos Portos (SEP) deve começar a receber propostas para iniciar os projetos. A estimativa é de que o porto de Manaus receba investimentos de R$ 250 milhões. A instalação, segundo o ministro dos Portos, Pedro Brito, vai se concentrar no transporte de contêineres. Em Aratu, a previsão é de que os investimentos cheguem a R$ 1 bilhão nos próximos cinco anos. O projeto do porto baiano, que deve contar com a participação da Braskem, será usado para a movimentação de todo tipo de carga. (19.08.2010 – Valor Econômico)

painel

■ Decisão judicial faz Valec cancelar concorrências por ferrovias

A Valec emitiu nota oficial comunicando a suspensão das concorrências destinadas à contratação das empresas interessadas em construir a Ferrovia de Integração Oeste-Leste no trecho Ilhéus-Barreiras e a Ferrovia Norte-Sul (extensão Sul) - trecho Ouro Verde (GO) - Estrela do Oeste (SP). (14.08.2010 – Tribuna da Bahia)

■ Valec pede ao Ibama licença de instalação para Norte-Sul

Após suspensão de concorrência, a Valec solicitou ao Ibama a licença de instalação para as obras da extensão da Ferrovia Norte-Sul para o trecho que ligará Ouro Verde (GO) a Estrela do Oeste (SP). No dia 23 a Valec recebeu as propostas para a construção do trecho. (25.08.2010 – Revista Ferroviária)

■ Ibama libera gasoduto que ligará SP ao DF

O Ibama liberou no dia 24 de agosto a licença de instalação do gasoduto Brasil Central, que ligará o interior de São Paulo a Brasília. O projeto da Transportadora de Gás do Brasil Central (TGBC) está orçado em US$ 1 bilhão. O duto terá capacidade para transportar até 5,5 milhões de metros cúbicos por dia. (25.08.2010 – Estado de SP)

Governo adia mudanças nas concessões ferroviárias

A assinatura do decreto que altera as regras do modelo atual de concessão ferroviária, que estava prevista para o dia 12 de agosto, foi adiada, contrariando as expectativas da estatal Valec. Segundo o ministro dos Transportes, Paulo Passos, o governo quer discutir com o setor as possíveis mudanças no marco regulatório. A decisão agradou a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), instituição que representa as 12 concessionárias que assumiram as malhas da extinta RFFSA no País. Entre os tópicos do novo marco, que prevê um novo modelo para construção e exploração de linhas férreas, está o estabelecimento de metas para as operações de transporte de cargas, a retomada de linhas subutilizadas e o direito de passagem de comboio de outras concessionárias e de usuários independentes. (12.08.10 – Valor Econômico)

Governo vai intervir em Paranaguá, Rio Grande e cinco portos na Amazônia

O governo federal decidiu intervir na administração de alguns portos estaduais que descumpriram regras previstas em contrato ou cuja operação tem afetado a competitividade do País. A intervenção tem graus diferenciados, como a retomada total da concessão de cinco portos do Estado do Amazonas ou a maior participação da União na gestão de Paranaguá e Rio Grande, na Região Sul. A primeira medida para aumentar o controle sobre os portos nacionais surgiu no dia 3 de agosto com a Portaria nº 200, do Ministério dos Transportes. O documento autoriza a constituição de uma comissão para definir parâmetros técnicos e metodologia para a União retomar os portos de Manaus, Tabatinga, Coari, Itacoatiara e Parintins, no Norte do País. (25.08.10 – O Estado de São Paulo)

Adiada pela 3º vez obra na pista de Cumbica

As obras no sistema de pistas do Aeroporto Internacional de Cumbica, em Guarulhos, na Grande São Paulo, voltaram a ser adiadas. Desta vez, o motivo foi o temor das autoridades do setor aéreo e das companhias de se criar uma onda de atrasos de voos pelo País. É a terceira vez em dois anos que a reforma teve de ser postergada. Pelo cronograma da Infraero, as obras na pista principal e de taxiamento do aeroporto deveriam começar no domingo e terminar três meses depois, em 15 de novembro. Durante esse período, a pista mais extensa do aeroporto, de 3,7 km, teria de ser reduzida para 2,5 km. (13.08.2010 – Estado de São Paulo)

Estatais garantem R$ 107 bilhões para o próximo ano

Segundo o projeto de lei do Orçamento de 2011 entregue ao Congresso pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, pela primeira vez, as empresas estatais desembolsarão, em um único exercício, mais de R$ 100 bilhões em investimentos. O valor chega a R$ 107,5 bilhões, volume 13,3% maior do que o previsto para

■ Leilão de linhas de transmissão da Aneel

A Chesf, da Eletrobras, levou no dia 03/09 o primeiro lote A do leilão de linhas de transmissão. A empresa ofereceu um deságio de 52,6% sobre a receita anual permitida inicial (R$ 21,8 milhões) para ficar com 289 km de linhas de transmissão e duas subestações no Rio Grande do Norte.
Mais informações no site: *www.aneel.gov.br*

■ Leilão A-5 de energia nova

Foi realizado no dia 30/07 o leilão de energia hídrica. As usinas arrematadas, Garibaldi (SC), Colider (MT) e Ferreira Gomes (AP), somaram 730 MW de potência e R$ 3 bilhões em investimentos. O preço médio de energia para as três usinas foi de R$ 92,07/MWh.
Mais informações no site: *www.aneel.gov.br*

■ Leilão de energia de fontes alternativas e energia de reserva

Os leilões de energia de fontes alternativas e energia de reserva realizados nos dias 25 e 26 de agosto terminaram com a venda de 2,9 GW. O investimento previsto é de R$ 9,7 bilhões.
Mais informações no site: *www.aneel.gov.br*

2010 (R$ 94,9 bilhões) e quase o dobro de 2008 (R$ 53,4 bilhões). (02.09.2010 – Correio Braziliense)

Santos precisa de R$ 10 bilhões para evitar colapso

Segundo dados compilados pela Secretaria Especial de Portos (SEP), Santos vai precisar de R$ 10,5 bilhões, entre investimentos do setor público, das empresas e da administradora do porto. Esse investimento será necessário para atender a demanda projetada para a próxima década, período em que terá de triplicar a capacidade atual de operação. Hoje, o porto de Santos responde sozinho por 25% de total de cargas operadas no País em valor comercial. (19.07.2010 – Transporta Brasil)

BNDES recebe mais R$ 1,4 bilhão

Pela quarta vez, desde janeiro de 2009, o governo federal anunciou uma injeção de recursos no BNDES, maior financiador do setor produtivo nacional. Decreto publicado no dia 31 de agosto no Diário Oficial autoriza a União a transferir ao banco de fomento R$ 1,4 bilhão, o que aumenta a capacidade de empréstimos do BNDES em cerca de R$ 15 bilhões. O Tesouro Nacional vai repassar ao banco parte de sua participação no capital da Eletrobrás. Com a transferência, a participação do BNDES aumentará de R$ 2,8 bilhões para R$ 5,3 bilhões. (01.09.2010 – O Globo)

Telebrás quer R$ 1,4 bilhão do governo federal

Foi encaminhado ao Ministério das Comunicações pedido de orçamento no valor de R$ 1,4 bilhão para a capitalização da empresa e execução de investimentos do Plano nacional de Banda Larga (PNBL). Desse total, R$ 600 milhões serão investidos em 2010 e os outros R$ 800 milhões em 2011. A proposta que será encaminhada ao Congresso, contudo, prevê a aprovação de R$ 400 milhões para o ano que vem, o que reduz para R$ 1 bilhão o orçamento imediato. A liberação dos outros R$ 400 milhões estará sujeita à execução do orçamento de R$ 1 bilhão. A previsão é que 100 cidades, mais 16 capitais, serão os primeiros municípios onde será implantado o PNBL até o fim do ano. O coordenador do Programa de Inclusão Digital do governo federal, Cezar Alvarez, negou as informações que têm sido veiculadas pela imprensa de que a Oi seria a operadora do PNBL. "É evidente que a Oi, com a capacidade e a capilaridade que tem de injeção de novos recursos, tem um potencial de contribuição para a democratização das telecomunicações, em preço e qualidade, num patamar diferenciado." Ele disse, no entanto, que isso não torna a Oi a operadora do plano. Alvarez reconheceu que há "controvérsias fortes" entre as diferentes empresas, mas disse que há espaço para estabelecer um patamar de diálogo. (25.08.2010 – Estado de São Paulo)

Ministério cria grupo para garantir energia em cidades-sede da Copa

O Ministério de Minas e Energia instituiu grupo de trabalho para identificar as possíveis fragilidades na infraestrutura de energia que podem comprometer a realização dos jogos da Copa do Mundo de 2014. A equipe técnica terá o trabalho focado na qualidade das redes de transmissão e distribuição que abastecem as 12 cidades-sedes. O grupo será integrado por representantes das concessionárias responsáveis por atender às capitais escolhidas e dos governos federal e estaduais, com a responsabilidade de elaboração do planejamento estratégico e o acompanhamento de sua execução. A portaria ministerial prevê ainda a definição de reforços a serem implantados no setor elétrico. A criação do grupo havia sido anunciada em julho, após a reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). Com o início do trabalho do grupo de técnico, será apresentado um relato sobre o andamento de atividades e eventuais dificuldades identificadas a cada reunião do comitê. (01.09.2010 – Valor Econômico)

Brasil tem infraestrutura de telecomunicações mais cara da América Latina

Segundo estudo apresentado pelo pesquisador Ernesto Flores-Roux, do Centro de Investigación y Docencia Económicas (Cide), do México, durante o 54º Painel Telebrasil, o setor de telecomunicações brasileiro não está conseguindo acompanhar o desempenho do PIB e vem perdendo espaço na comparação com países da América Latina. Apesar de o Brasil ter o maior PIB relativo da região, o número de acessos não evolui da mesma forma, demandando um investimento mais caro para ter o mesmo produto que seus vizinhos. Na média, o Brasil está pagando 16% a mais que o resto dos países da América Latina por cada ponto de participação no mercado regional. De cada US$ 1 investido no México é necessário investir US$ 1,16 no Brasil para se ter o mesmo produto. A carga tributária é apontada como o principal fator de aumento do "custo Brasil" para as telecomunicações. Segundo a Telebrasil, a arrecadação de tributos de telefonia fixa e móvel no segundo semestre deste ano alcançou R$ 21 bilhões, o equivalente a 43% da receita operacional líquida do setor no período, que totalizou R$ 49 bilhões. Só de ICMS - o imposto que mais incide na cadeia - foram pagos R$ 14 bilhões do montante no período entre janeiro e junho últimos. Hoje, a penetração da banda larga na população é de aproximadamente 7%. O País precisaria de mais de US$ 100 bilhões em investimentos nas telecomunicações para eliminar a brecha existente em relação aos países desenvolvidos e atingir um índice de densidade maior do que 70% da banda larga. (20.07.2010 – Valor Econoômico)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 16 de julho de 2010 até 31 de dezembro de 2014

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2010	2011	2012	2013	2014	Σ
Conservador	1.265	1.463	3.134	2.079	996	8.937
Otimista	1.265	1.463	3.134	2.079	996	8.937

Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2010	2011	2012	2013	2014	Σ
Conservador	1.589	1.332	150	360	0	3.431
Otimista	1.897	3.192	1.658	5.663	0	12.410

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2010	2011	2012	2013	2014	Σ
Conservador	2.090	562	266	0	25	2.942
Otimista	2.720	1.650	2.138	536	110	7.155

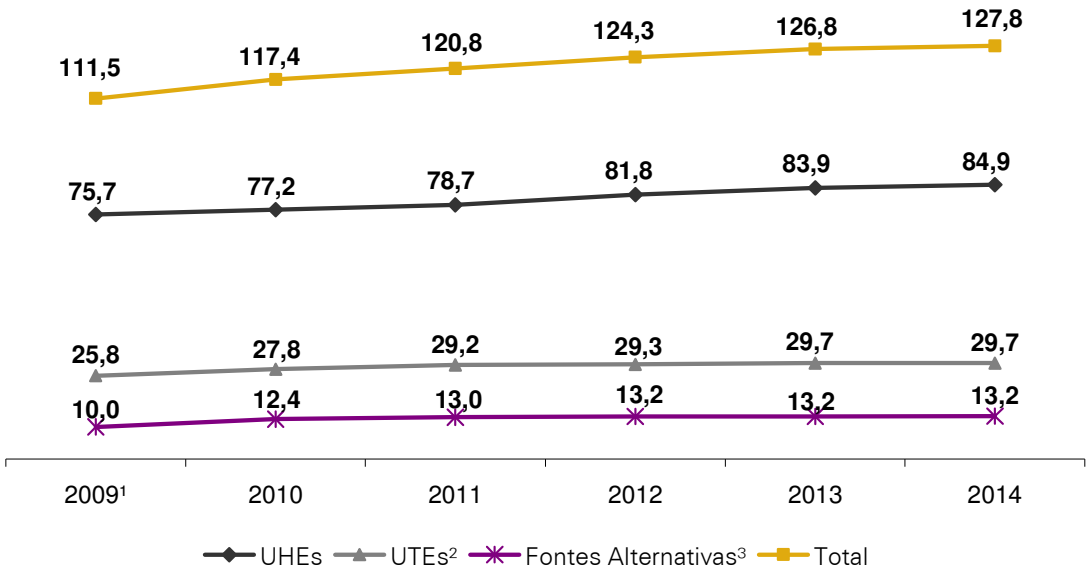
Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2010	2011	2012	2013	2014	Σ
Conservador	4.943	3.357	3.550	2.439	1.021	15.311
Otimista	5.883	6.304	6.931	8.278	1.106	28.502

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.
*Inclui as participantes e as não participantes do Programa Proritário de Termelétricas.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, um aumento de 1,8% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 16 de junho de 2010 e 31 de dezembro de 2014.

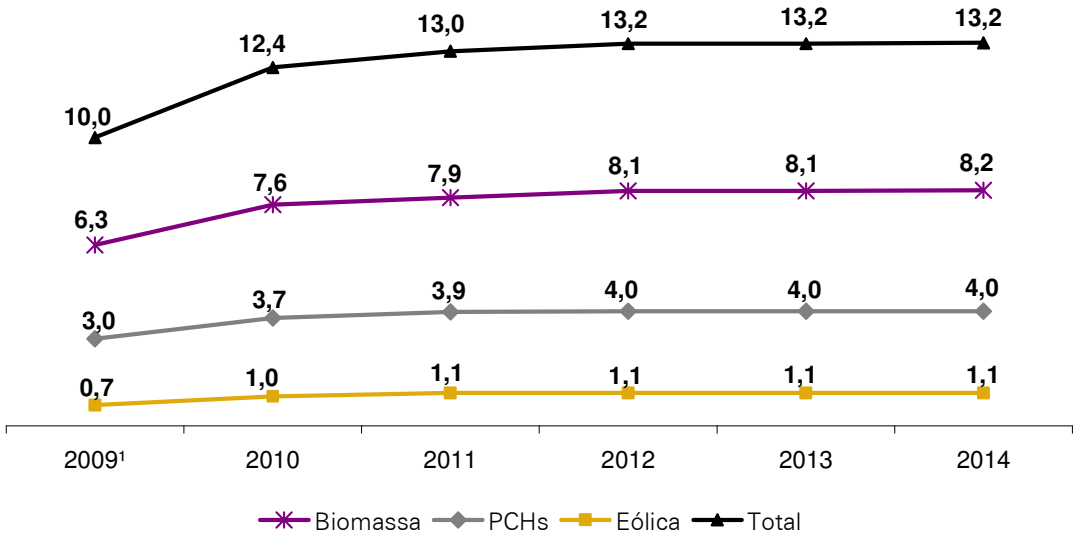
No cenário otimista, a previsão de expansão é de 29 mil MW no período 2010-2014. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 3,7% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW)
Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2009.
² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.
³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.
* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW)
Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2009.

Em 2009, as usinas hidrelétricas (UHE) representavam 68% da capacidade total instalada. Entre 2010 e 2014, no cenário conservador, estima-se um crescimento de 12% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas. Sua participação nesse período deve cair para 66%.

O crescimento das usinas térmicas (UTE), também no cenário conservador, deve ser de 14% no período de 2010 e 2014. Porém, devem manter a mesma representatividade na capacidade total instalada, 23%.

A participação das usinas térmicas a biomassa e das pequenas centrais hidrelétricas (PCH), deve passar de, respectivamente, 5,6% e 2,7% para 6,4% e 3,1% em 2014.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2014, deve ser de apenas 1%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2010, continua inferior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 5,3% e 7,2%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Todas as UHEs com previsão para entrada em operação até 2014 estão livres de restrições, ou seja, o andamento dos projetos está dentro do calendário previsto pela Aneel. No horizonte de tempo considerado, 9 mil MW devem entrar em operação de geração hidrelétrica.

Em relação às termelétricas, apesar da alta capacidade instalada prevista para entrada em operação no cenário otimista, de 12,4 mil MW, apenas 3,4 mil MW destas não apresentam restrição no andamento do projeto, ou seja, 27% da potência prevista.

A UHE de Jirau tem previsão para entrar em operação, tanto no cenário otimista quanto no conservador, a partir do ano de 2012 (1.950 MW). A UHE de Santo Antônio igualmente não apresenta restrições e, de acordo com o Relatório da Aneel, a entrada em operação está prevista para 2012, com 660 MW.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas – F.A.

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 863 MW de potência até 2012, sem outros empreendimentos previstos para os anos de 2013 e 2014. Do total previsto, 154 MW (20%) correspondem à potência de 9 usinas em obras e integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA. Já no cenário otimista, 1,5 mil MW devem entrar em operação até 2013, sendo 201 MW (13%) equivalentes às usinas do PROINFA.

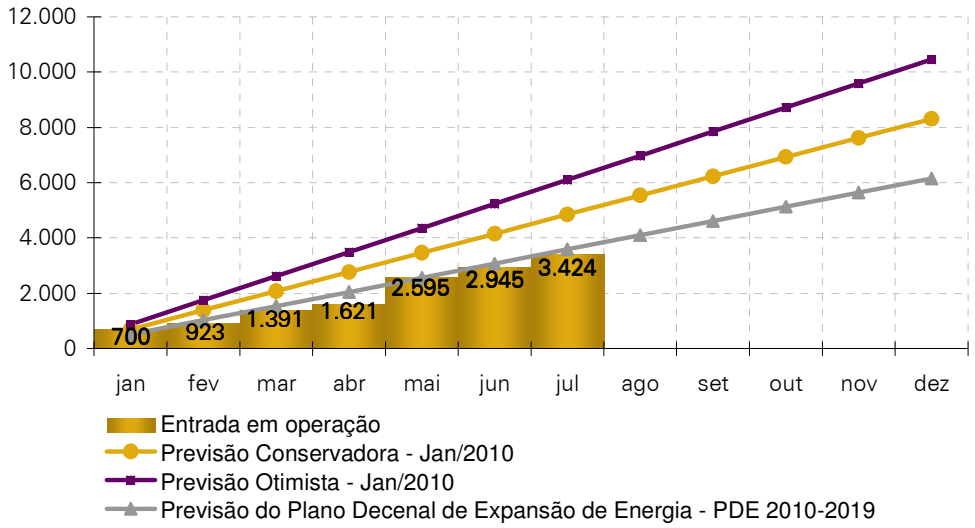
As usinas a biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 1,8 mil MW até 2014. No cenário otimista, a contribuição total dessa fonte pode chegar a 3,7 mil MW no mesmo período. Tanto no cenário otimista quanto no conservador, 70 MW são referentes a projetos do PROINFA no período.

No cenário conservador, as usinas eólicas, todas do PROINFA, devem acrescentar 196 MW em 2010. A previsão otimista para o período de 2010 a 2013, espera-se o incremento de 1.890 MW. Destas, 526 MW (28%) são integrantes do Proinfa. As previsões da ANEEL de agosto de 2010 incluem as usinas vencedoras do segundo leilão de energia de reserva realizado em dezembro de 2009.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada constante de capacidade geradora em operação para que a previsão seja atingida.

Expansão da Capacidade de Geração em 2010 (MW)



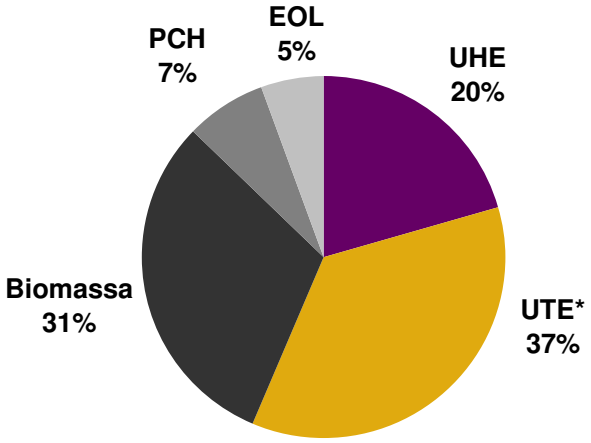
Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.
* Previsões apresentadas pela ANEEL em 15/08/2010.

A entrada em operação de novos geradores em 2010 até o julho foi de 3.424 MW. Mantido esse ritmo, as previsões feitas pela Aneel no início do ano não serão atingidas.

Da potência total instalada neste ano, até 15 de agosto de 2010, as UTEs foram as que apresentaram a maior contribuição, representando 37%. As UHEs representaram 20% da potência total instalada em 2010.

Em julho, só entraram em operação usinas movidas a biomassa (206 MW) e PCHs (42,5 MW).

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (MW)
De 1º de janeiro a 15 de agosto de 2010



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.
* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em junho de 2010, 34.596 GWh, apresentando crescimento de 11% em relação a junho de 2009. É a maior taxa do ano, similar o resultado de fevereiro. No acumulado do ano, o crescimento foi de 10%.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Junho 2009	Junho 2010	Var. %	Jan-Jun 2009	Jan-Jun 2010	Var. %
Residencial	7.894	8.663	10%	49.754	53.831	8%
Industrial	**13.531**	**15.658**	**16%**	**78.530**	**89.606**	**14%**
Comercial	5.110	5.422	6%	32.596	34.995	7%
Outras	4.612	4.826	5%	27.816	29.204	5%
Total	**31.147**	**34.569**	**11%**	**188.696**	**207.636**	**10%**

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

Em 2010, até junho, o consumo pelo setor industrial foi 14% superior ao apresentado no mesmo período de 2009. Em junho de 2009, o consumo de energia apresentou valores baixos devido à crise econômica internacional.

2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

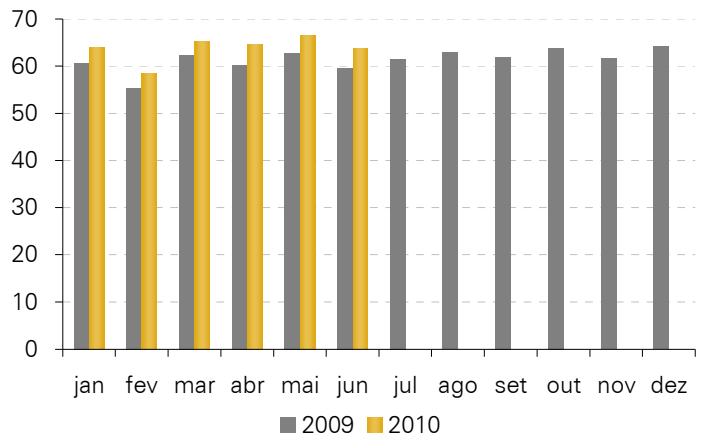
A produção nacional de petróleo do mês de junho de 2010 foi de 64 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), apresentando aumento de 7% em relação ao mesmo mês do ano anterior e de 6% no acumulado do ano comparado ao mesmo período de 2009.

O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em junho de 2010, foi de 57 milhões bep. No acumulado do ano, houve uma queda de 1,2% em relação ao mesmo período de 2009.

O volume de petróleo exportado pelo País em junho de 2010 foi de 18 milhões bep, um valor 37% superior ao exportado em junho de 2009. No acumulado do ano, esse aumento foi de 35% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

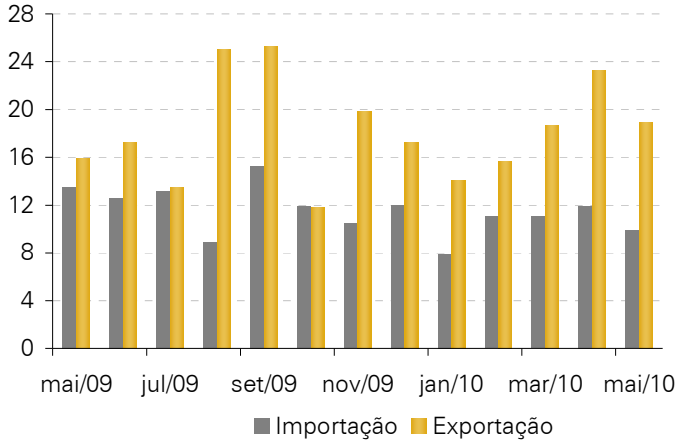
O preço médio do petróleo importado pelo País, em maio de 2010, foi de US$ 82,64/barril, valor 25% superior ao preço médio do petróleo importado em junho de 2009.

Produção Nacional de Petróleo
(milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

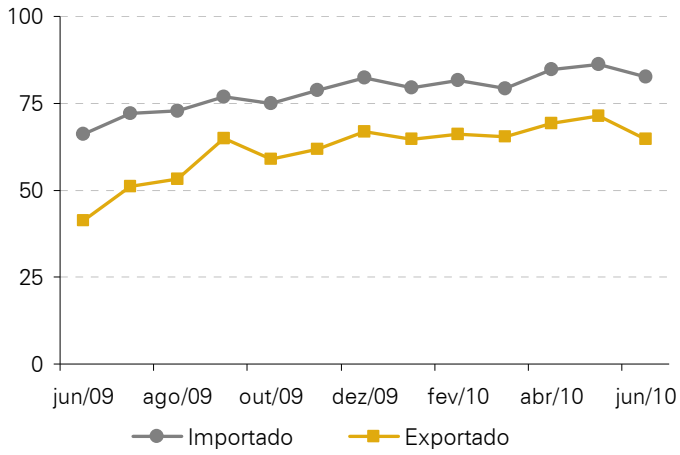
Importação vs. Exportação de Petróleo
(milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

No começo de 2009, o preço do petróleo importado pelo Brasil apresentou valores abaixo da média. O preço médio do petróleo importado em 2009 foi 42% inferior ao preço médio verificado em 2008 e 15% inferior ao verificado em 2007.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado
(US$ FOB/barril)

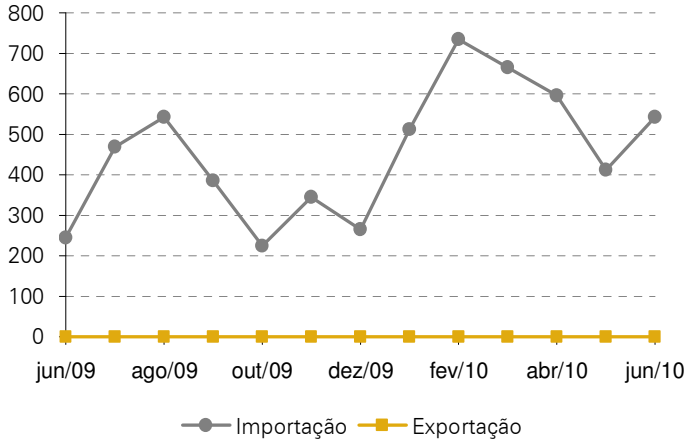


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

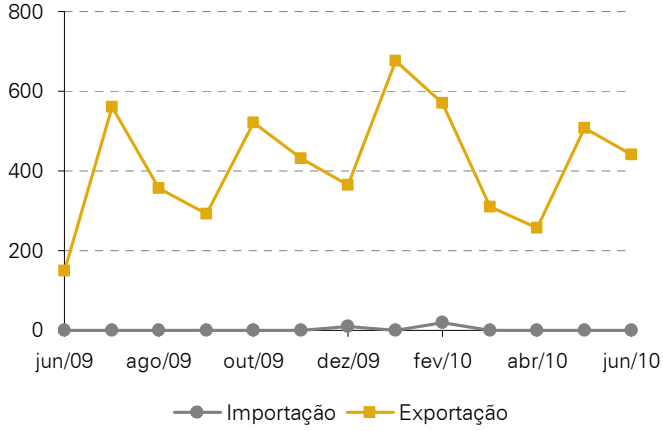
Em maio de 2010, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 53 milhões bep, valor 1% inferior ao produzido em maio de 2009. Até maio, a produção apresentou queda de 0,5% comparado ao mesmo período do ano anterior.

Importação e Exportação de Nafta
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível
(mil m³)

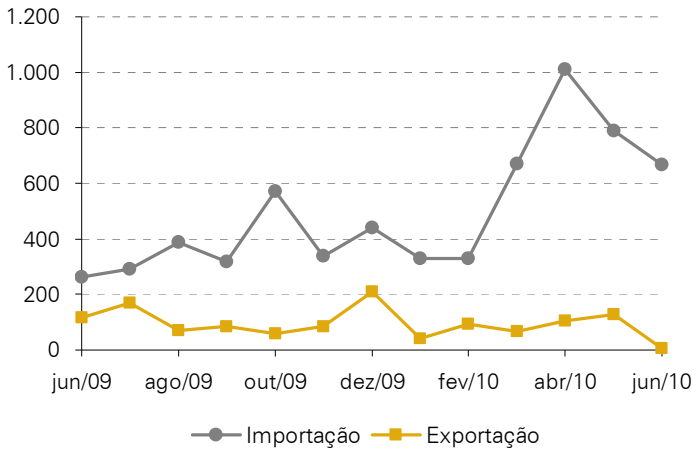


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em junho de 2010, foi de 12 milhões bep, valor 66% superior ao registrado em junho do ano passado. Até junho de 2010, o volume de derivados importado foi também 66% superior ao importado no mesmo período de 2009.

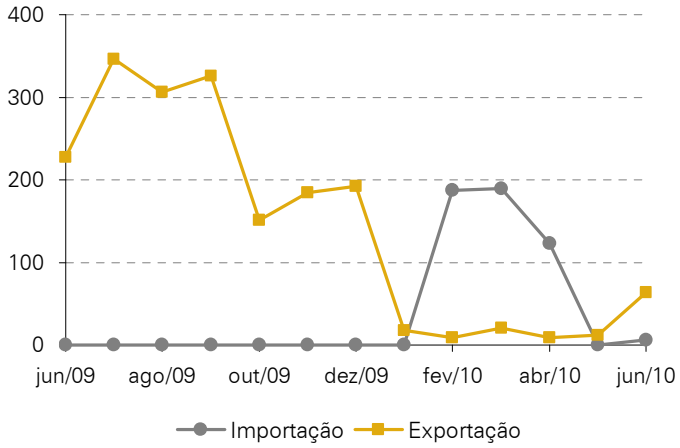
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em junho de 2010 foi constatado um total exportado de 8 milhões bep, o que representa um volume 33% superior ao mesmo mês de 2009. No acumulado do ano, esse volume foi 14% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP)

Em junho de 2010, o Brasil registrou uma dependência externa negativa na balança comercial de petróleo e derivados de 4%. Esse resultado deveu-se, principalmente, à importação líquida negativa de petróleo verificada naquele mês (ou seja, exportação superior à importação). No acumulado do ano, a dependência externa foi negativa, no valor de 8%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	jun/2009	jan-jun/2009	jun/2010	jan-jun/2010
Produção de Petróleo (a)	60	361	64	383
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-1	-18	-7	-56
Imp. Líq. de Derivados (c)	2	4	5	28
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	60	347	61	355
Dependência Externa (e)=(d-a)	1	-13	-2	-28
Dependência Externa (%) (e)/(d)	**1%**	**-4%**	**-4%**	**-8%**

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP)

A Balança Comercial Brasileira de Petróleo e Derivados, em junho de 2010, apresentou saldo negativo de US$ FOB 212 milhões. Ou seja, o Brasil importou US$ 212 milhões a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido negativo em US$ FOB 217 milhões.

No acumulado do ano a balança apresenta saldo positivo de US$ FOB 184 milhões.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US$ FOB)

	jun/09	jan-jun/2009	jun/10	jan-jun/2010
Petróleo				
Receita com exportação (a)	558	2.801	1.195	8.024
Dispêndio com importação (b)	834	4.678	940	5.202
Balança Comercial (c)=(a-b)	-276	-1.877	255	2.822
Derivados				
Receita com exportação (d)	412	2.217	578	3.473
Dispêndio com importação (e)	353	1.982	1.045	6.111
Balança Comercial (f)=(d-e)	59	235	-467	-2.638
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	970	5.019	1.773	11.497
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	1.187	6.660	1.985	11.313
Balança Total (i)=(g)-(h)	**-217**	**-1.642**	**-212**	**184**

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

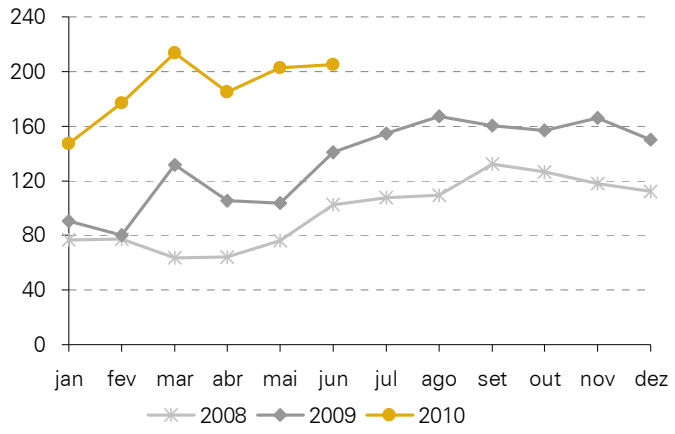
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de Biodiesel, em junho de 2010, foi de 205 mil de m^3, montante 45% superior ao produzido em maio de 2009. No acumulado do ano, a produção cresceu 73%.

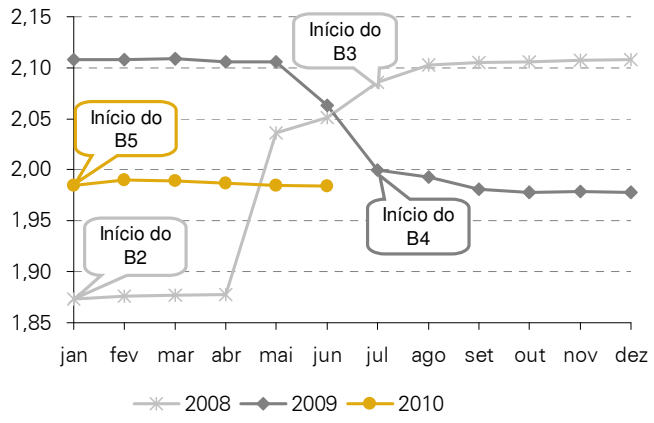
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em junho de 2010, foi de R$ 1,98/ ℓ, valor 3,8% inferior ao ocorrido no mesmo mês do ano anterior.

Produção de Biodiesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel B4 (R$/ℓ)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.
*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool Etílico Hidratado e Açúcar (MAPA)

A safra 2009/2010 produziu, até o dia 1º de junho de 2010, 23.734 mil m³ de álcool, sendo 17.655 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (74%). Em relação ao mesmo período da safra 2008/2009, houve uma queda de 2,2% na produção de álcool etílico hidratado.

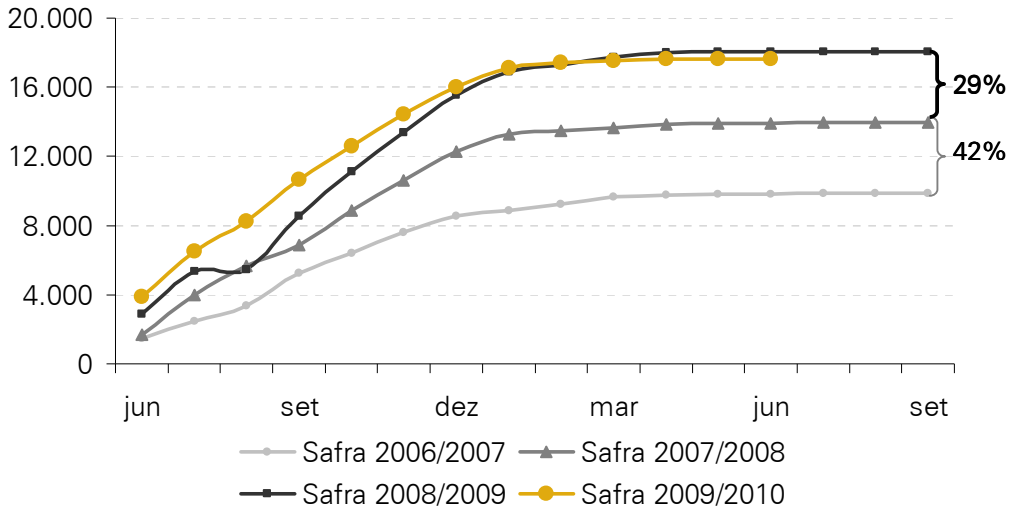
A produção total de álcool foi 14% inferior em relação à safra anterior, principalmente, pelo volume significantemente inferior (37%) de álcool anidro produzido na safra 2009/2010 quando comparada à safra 2008/2009.

Produção Brasileira de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2008/2009 1º de junho de 2009	Safra 2009/2010 1º de junho de 2010	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m³)	9.630	6.079	-37
Álcool Hidratado (mil m³)	18.051	17.655	-2
Total Álcool (mil m³)	**27.681**	**23.734**	**-14**
Açúcar (mil ton)	**31.505**	**33.032**	**5**

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção Brasileira de Álcool Etílico Hidratado
(mil m³)

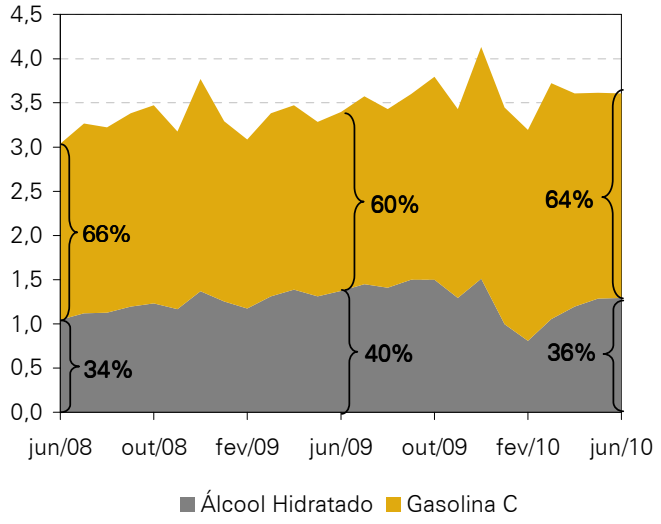


Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

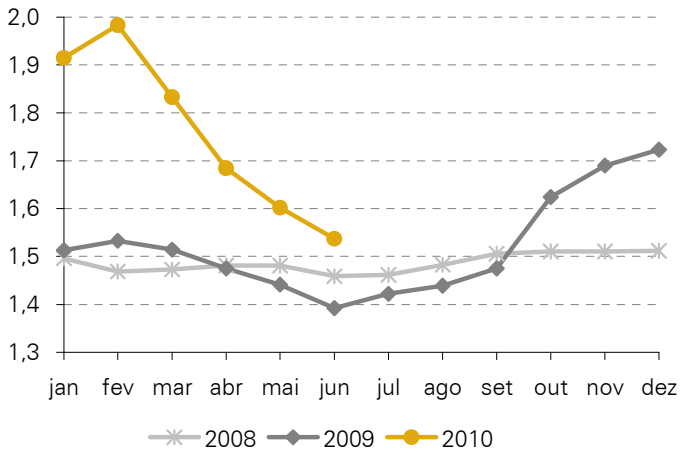
As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,3 milhão m³ em junho de 2010. Esse valor representa queda de 5,6% em relação a junho de 2009. No acumulado do ano, as vendas foram 15% inferiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C[1]
(milhão m³)



[1]Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado
(R$/ℓ)

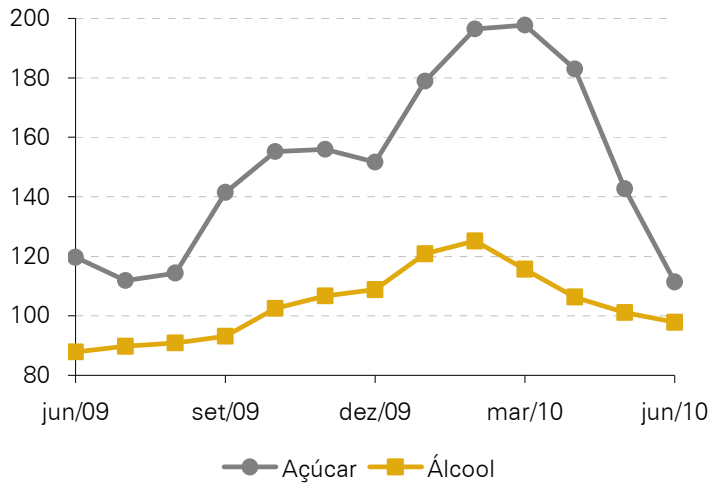


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Em junho de 2010, o preço ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R$ 1,54/ℓ, valor 10% superior ao registrado em junho de 2009.

Considerando as vendas de álcool etílico hidratado e gasolina C, o álcool representou 36% do total em junho de 2010. No mesmo mês do ano anterior, a participação foi de 40%. Essa queda da participação nas vendas é um reflexo do aumento do preço ao consumidor do álcool etílico hidratado.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ.
* Foi considerado o preço do açúcar cristal do Estado de São Paulo no 1º dia útil de cada mês.

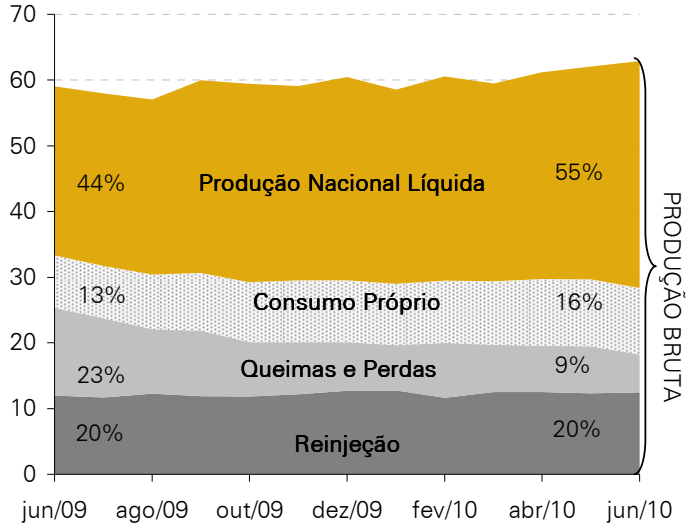
4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional de gás natural, em junho de 2010, foi de 62.909 mil m³/dia, representando um aumento de 7% comparado ao volume verificado em junho de 2009. No acumulado do ano, esse valor também foi 7% superior ao apresentado no mesmo período de 2009.

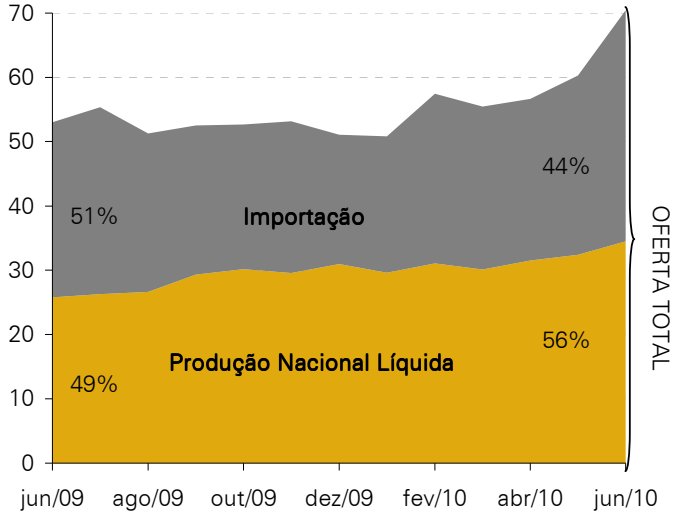
Considerando a importação de gás natural realizada pelo País em junho de 2010, equivalente a 35.902 mil m³/dia, a oferta total desse energético, naquele mês, foi de 70.434 mil m³/dia. Este montante é 33% superior ao observado em junho de 2009. No acumulado do ano, a oferta total de gás natural foi 16% superior quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

Produção Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 45% em junho de 2010.

Balanço do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	jun/2009	Média do período jan-jun 2009	jun/2010	Média do período jan-jun 2010
Produção Nacional[1]	**59.076**	**56.827**	**62.909**	**60.796**
- Reinjeção	12.000	11.749	12.476	12.383
- Queimas e Perdas	13.359	9.494	5.787	7.070
= Consumo Próprio	7.947	8.076	10.115	9.808
= Produção Nac. Líquida	**25.769**	**27.509**	**34.531**	**31.535**
+ Importação	27.286	22.916	35.902	26.978
= Oferta	**53.055**	**50.425**	**70.434**	**58.513**

[1]Não inclui Gás Natural Liquefeito.

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A oferta interna de gás natural tem gradativamente retornado aos patamares anteriores à crise financeira internacional. A média ofertada em 2008 foi de 65.399 mil m³/dia. Em 2009 foi de 51.593 mil m³/dia. E em 2010, até junho, foi de 58.543 mil m³/dia.

4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo nacional de gás natural, em junho de 2010, atingiu 50 milhões de m³/d. Comparado a junho de 2009, o consumo apresentou aumento de 22%. Até junho, o consumo nacional foi 16% superior ao apresentado no mesmo período de 2009.

O setor industrial, em junho de 2010, consumiu 26 milhões de m³/d de gás natural (53% do volume total comercializado no mês), o que representa um aumento de 19% em relação ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o consumo foi 30% superior em relação ao mesmo período de 2009, sinalizando a recuperação da crise econômica ocorrida no final de 2008.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	mil m³/dia		Variação %	
	jun/10	jan-jun/2010	jun-2010/ jun-2009	Acumulado do ano
Industrial	**26.320**	**25.300**	**19**	**29**
Automotivo	5.234	5.498	-8	-5
Residencial	904	713	8	4
Comercial	661	609	11	5
Geração Elétrica	12.694	6.207	53	53
Co-geração*	3.055	2.761	23	38
Outros	843	808	31	26
Total	**49.711**	**41.896**	**22**	**16**

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

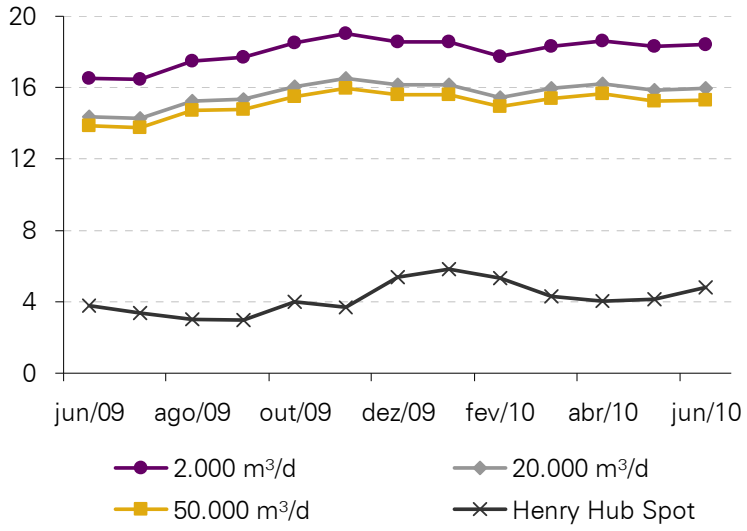
Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

4.3. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do Gás Natural ao Consumidor Industrial, em junho de 2010, foi de US$ 16,55/MMBtu, valor 11% superior ao apresentado em junho de 2009 (US$ 14,93/MMBtu) e 5% inferior ao apresentado em junho de 2008 (US$ 17,34/MMBtu). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

O preço do gás natural no mercado *spot* Henry Hub, em junho de 2010, foi de US$ 4,80/MMBtu, valor 26% superior ao apresentado em junho de 2009 (US$ 3,80/MMBtu). Esse valor não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor.

Preço Médio do Gás Natural
Consumidor Industrial[1] e do Mercado Spot Henry Hub[2]
(US$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

[1] Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

[2] Preço sem impostos e custo de transporte. Média das cotações do mês.

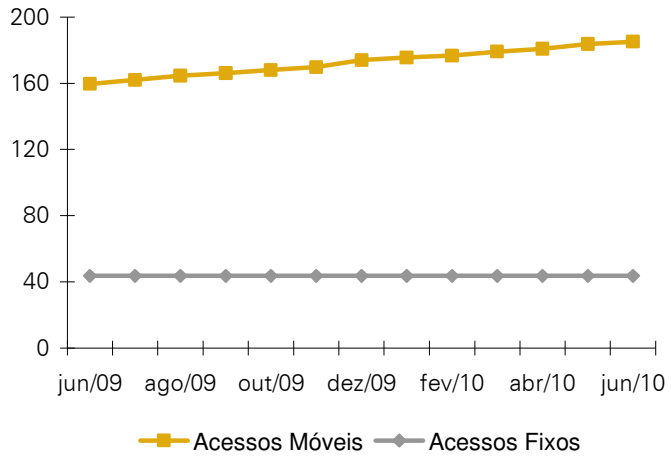
5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em junho de 2010, o número de acessos móveis em operação foi de 187 milhões, montante 16% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos tem sido de, aproximadamente, 1,2% ao mês.

Desde novembro de 2008, os acessos fixos apresentam baixa tendência de alta, porém quase neutra. Em junho de 2010, o número de acessos fixos foi de 44 milhões, montante similar ao observado no mês anterior e 0,3% superior ao averiguado em junho de 2009.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação
(milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

6. Transportes

6.1. Portos

A movimentação total de cargas no Porto de Santos, em junho de 2010, foi 15% superior em comparação com o mesmo mês do ano anterior, segundo a CODESP. Em junho de 2010, a movimentação de granel líquido foi 8% superior ao verificado em junho de 2009. Naquele mês, os sólidos a granel e a movimentação de carga geral apresentaram aumento de 18% e 20%, respectivamente, em relação a junho de 2009.

Movimentação no Porto de Santos - por Natureza

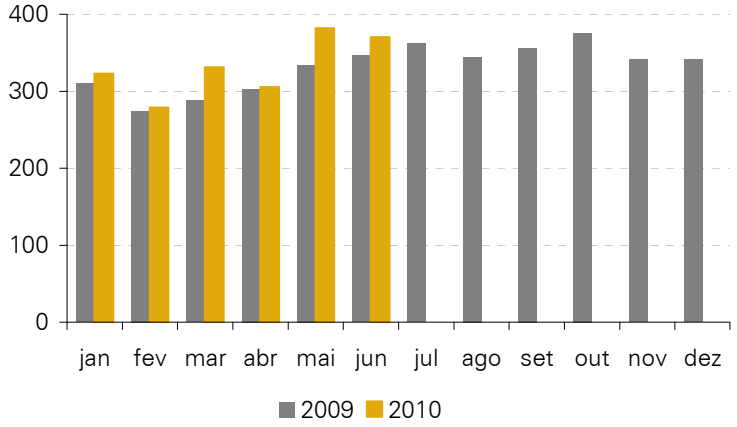
	jun/2009 (mil t)	jun/2010 (mil t)	Variação (%)	Participação (%)
Carga Geral	2.461	2.949	20	36
Granel Sólido	3.316	3.920	18	47
Granel Líquido	1.441	1.399	-3	17
Total	**7.218**	**8.269**	**15**	**100**

Fonte: Elaboração própria com dados da Codesp.

Segundo dados da ANTAQ, em junho de 2010, a quantidade de contêineres movimentados em oito portos selecionados foi de 370.323 TEUs (twenty-foot equivalent unit), montante 7% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior e 3% inferior ao constatado em maio de 2010.

O Porto de Santos movimentou, do início do ano até junho, 227.004 TEUs, valor 18% superior ao movimento no mesmo período de 2009.

Movimentação de Contêineres (mil TEUs)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.
*Portos: Santos/SP, Paranaguá/PR, Vila do Conde/PA, Rio Grande/RS, Itaqui/MA, Suape/PE, São Francisco do Sul/SC , Aratu/BA

6.2. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro a maio de 2010, foi de 167 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 19% superior ao mesmo período de 2009. O minério de ferro correspondeu a 74% do total movimentado (123 milhões de TUs), valor 23% superior ao acumulado no período em 2009.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias - Jan-Maio

Ano	2009		2010		Variação
	Jan-Maio (mil TU)	(%)	Jan-Maio (mil TU)	(%)	acum-10/acum-09 (%)
Minério de Ferro	**100.066**	**71%**	**123.346**	**74%**	**23%**
Soja e Farelo de Soja	11.697	8%	11.322	7%	-3%
Indústria Siderúrgica	4.748	3%	7.148	4%	51%
Carvão/Coque	4.738	3%	4.798	3%	1%
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	4.212	3%	3.988	2%	-5%
Produção Agrícola (exceto soja)	4.004	3%	4.008	2%	-
Gráneis Minerais	3.318	2%	4.149	2%	25%
Indústria Cimenteira e Contrução Civil	1.588	1%	2.025	1%	28%
Extração Vegetal e Celulose	1.518	1%	1.613	1%	6%
Conteiner	1.434	1%	1.083	1%	-24%
Cimento	1.344	1%	1.403	1%	4%
Adubos e Fertilizantes	1.206	1%	1.855	1%	54%
Carga Geral - Não Conteinerizada	162	-	60	-	-63%
Total	**140.035**	**100%**	**166.898**	**100%**	**19%**

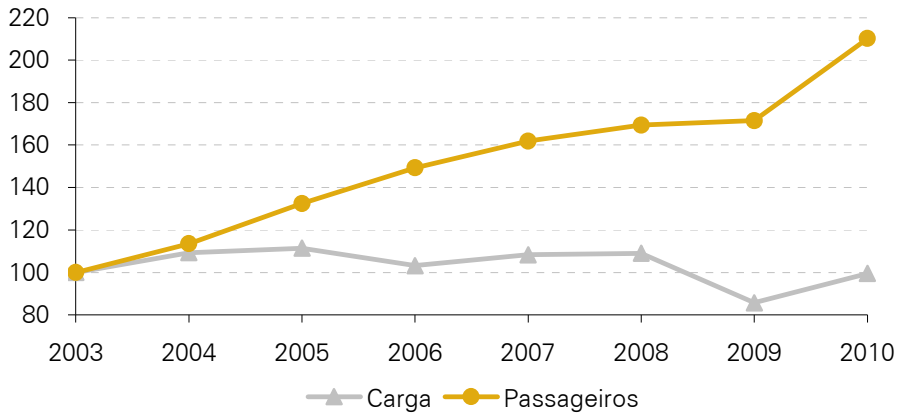
Fonte: ANTT

6.3. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Para o período de janeiro a junho, a movimentação de passageiros nos aeroportos da Infraero em 2010 foi o dobro da ocorrida em 2003. Observa-se um crescimento contínuo da movimentação dos passageiros, com aumento mais significativo em 2010.

Para o mesmo período, a movimentação de cargas não apresentou variações expressivas. Observa-se, em 2010, uma leve recuperação frente à crise econômica ocorrida no final de 2008. De janeiro a junho de 2010 foram movimentadas 581 mil toneladas.

Movimentação de Cargas e Passageiros - Janeiro a Junho de cada ano
(Ano base: 2003 =100)

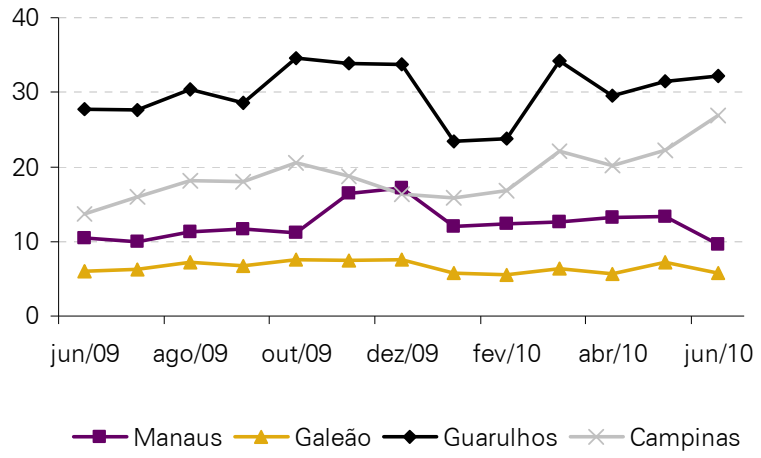


Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.
* Aeroportos gerenciados pela Infraero (67 aeroportos).

6.3.1. Carga Aérea

A movimentação de carga aérea total em junho de 2010 foi de 106 mil toneladas, valor 25% superior ao mesmo mês do ano passado. O aeroporto de Guarulhos representou 30% do total movimentado e teve um crescimento de 16% em comparação a junho do ano anterior. O aeroporto de Campinas, que movimentou 25% do total, teve um crescimento de 97% na comparação com junho de 2009 e de 22% na comparação com junho de 2008.

Carga Aérea nos Principais Aeroportos (mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Aeroportos gerenciados pela Infraero (67 aeroportos).

6.3.2. Movimentação de Passageiros

A movimentação de passageiros no período de janeiro a junho tem sido crescente desde 2003. Em 2010, de janeiro a junho, 71 milhões de passageiros foram transportados pelos aeroportos da Infraero, valor 23% superior ao mesmo período de 2009. Em junho de 2010, a movimentação total de passageiros nos aeroportos gerenciados pela Infraero foi de 11.649.474, valor 15% superior ao mesmo período do ano anterior.

Desde 2003, a movimentação anual de passageiros vem aumentando em média 10,4%. Os voos domésticos correspondem, em média, a 90% da movimentação total.

Movimentação Acumulada de Passageiros nos Aeroportos*

Ano	Jan-Jun (mil)	Variação %	Jan-Dez (mil)	Variação (%)
2003	33.986	-	71.216	-
2004	38.570	13%	82.706	16%
2005	45.024	17%	96.079	16%
2006	50.717	13%	102.185	6%
2007	55.028	9%	110.570	8%
2008	57.586	5%	113.264	2%
2009	58.266	1%	128.136	13%
2010	71.433	23%	-	-

Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Aeroportos gerenciados pela Infraero (67 aeroportos).

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em junho de 2010, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 54 milhões de toneladas, montante 30% superior ao averiguado em junho do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 94%. Houve aumento expressivo na movimentação pelo modo fluvial (102%), ferroviário (47%) e marítimo (32%) em relação a junho de 2009.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	jun/2009 mil t	jun/2010 mil t	Crescimento %	Participação %
Marítimo	46.745	50.918	32	94
Fluvial	853	1.051	102	2
Aéreo	104	98	1	0
Ferroviário	63	64	47	0
Rodoviário	934	975	11	2
Outros*	740	832	-40	2
Total	**49.439**	**53.938**	**30**	**100**

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.
*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Em junho de 2010, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R$ 5,3 bilhões, valor 91% superior ao valor aportado em junho de 2009.

Desembolso mensal BNDES

Setor	jun/09 R$ milhão	jan-jun/2009 R$ milhão	jun/2010 R$ milhão	Participação %	jan-jun/2010 R$ milhão	acum-10/acum-09 %
Refino e Álcool	158	1.862	588	11	1.677	-10
Energia Elétrica e Gás Natural	642	5.627	1.253	23	5.314	-6
Saneamento	24	306	16	0	1.030	236
Telecomunicações	425	1.081	651	12	1.063	-2
Transporte	1.544	7.564	2.830	53	14.267	89
Aéreo	*145*	*267*	*63*	-	*265*	-1
Aquaviário	*51*	*252*	*32*	-	*420*	*67*
Terrestre	*1.349*	*7.045*	*2.735*	-	*13.582*	*93*
Total Infraestrutura	**2.793**	**16.440**	**5.338**	**100**	**23.351**	**42**

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2010 foi de, aproximadamente, R$ 1,8 trilhão. Deste valor, aproximadamente R$ 69 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 4% do orçamento total.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto e em relação ao orçamento total (R$ 16,4 bilhões e 64% do orçamento).

Do orçamento de investimentos da União, foram empenhados, até o dia 31 de agosto, R$ 31 bilhões (46% do autorizado) e liquidados R$ 10 bilhões (15% do autorizado). O pagamento realizado foi no valor de R$ 9 bilhões (13% do autorizado). Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R$ 26,2 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabela I e II)

Do montante de R$ 16,4 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes, em 2010, R$ 9,7 bilhões foram empenhados (60% do orçamento), R$ 2,9 bilhões liquidados (18% do orçamento) e R$ 2,2 bilhões pagos até o dia 31 de agosto. Os restos a pagar pagos somam R$ 4,6 bilhões, o que resulta em um pagamento total de aproximadamente R$ 6,8 bilhões.

Cerca de 79% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R$ 12,9 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R$ 3,0 bilhões, ou 17%) e hidroviário (apenas R$ 385 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2010, cerca de R$ 358 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R$ 5,2 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R$ 9,3 bilhões inscritos, enquanto a União tem R$ 45,7 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2010.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 46% foram pagos até 31 de agosto (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 34% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2010, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R$ 31,9 bilhões referente ao orçamento da União de acordo com o SIAFI. Desse total, 44% foram alocados no Ministério dos Transportes (R$ 13,9 bilhões) e 36% no Ministério das Cidades (R$ 11,4 bilhões), principais executores do chamado "PAC Orçamentário", que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou 62% do orçamento autorizado e liquidou 10%, até 31 de agosto. O pagamento realizado foi de R$ 3,6 bilhões e os restos a pagar pagos somaram R$ 8,3 bilhões, totalizando R$ 11,9 bilhões pagos. Restam R$ 17,6 bilhões em restos a pagar a pagar nos projetos do PAC Orçamentário.

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2010
Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período – atualizados até 31/08/2010* R$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.642	614	37	105	6	95	6	405	500	541
MAPA	1.560	692	44	61	4	31	2	249	280	596
MCT	1.787	690	39	212	12	185	10	297	482	428
MDIC	316	30	9	5	1	4	1	13	17	57
MME	127	20	16	9	7	9	7	20	29	12
M. Transportes	**16.390**	**9.761**	**60**	**2.911**	**18**	**2.156**	**13**	**4.625**	**6.781**	**4.775**
M. Comunicações	47	12	26	3	6	3	6	14	17	25
MMA	93	15	16	3	3	3	3	27	30	31
MDA	942	446	47	36	4	32	3	330	362	553
M. Defesa	9.361	4.287	46	2.393	26	2.336	25	1.532	3.868	1.248
M. Int. Nacional	7.300	3.443	47	1.137	16	1.115	15	1.789	2.904	3.928
M. das Cidades	8.188	3.462	42	1.103	13	1.096	13	2.094	3.191	7.342
Outros**	21.206	8.014	38	2.024	10	1.918	9	5.840	7.758	12.503
Total	**68.960**	**31.487**	**46**	**10.003**	**15**	**8.984**	**13**	**17.235**	**26.219**	**32.037**

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2010
Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período – atualizados até 31/08/2010* R$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferroviário	2.733	1.086	40	600	22	456	17	834	1.289	503
Hidroviário	385	69	18	14	4	14	4	143	157	217
Portuário	0	0	0	0	0	0	0	4	4	8
Rodoviário	12.918	8.374	65	2.271	18	1.671	13	3.630	5.300	3.983
Outros	353	232	66	26	7	16	5	14	30	63
Total	**16.390**	**9.761**	**60**	**2.911**	**18**	**2.156**	**13**	**4.625**	**6.781**	**4.775**

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2010

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período – atualizados até 31/08/2010* R$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	358	(1)	312	46
União	5.196	(105)	1.536	3.555

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.
* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período – atualizados até 31/08/2010* R$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	9.288	(246)	4.313	4.729
União	45.659	(1.478)	15.699	28.483

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.
* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2010
PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período – atualizados até 31/08/2010* R$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.291	535	41	83	6	81	6	133	214	377
M. Planejamento	6	0	-	0	-	0	-	0	0	0
MAPA	0	0	-	0	-	0	-	1	1	1
MCT	0	2	-	2	-	2	-	4	6	0
M. Fazenda	607	0	-	0	-	0	-	0	0	750
MEC	0	19	-	17	-	10	-	13	22	3
MME	448	87	19	31	7	30	7	117	147	54
M. Saúde	867	606	70	8	1	7	1	256	263	2.338
M. Transportes	**13.949**	**9.539**	**68**	**2.863**	**21**	**2.139**	**15**	**4.551**	**6.690**	**4.173**
MMA	0	0	-	0	-	0	-	11	11	16
MDA	0	0	-	0	-	0	-	1	1	3
M. Defesa	224	112	50	26	12	24	11	216	241	203
M. Integr. Nacional	3.020	1.131	37	189	6	187	6	1.388	1.575	2.203
M. Cidades	11.438	7.640	67	1.112	10	1.106	10	1.622	2.727	7.493
Total	**31.850**	**19.672**	**62**	**4.332**	**14**	**3.586**	**11**	**8.313**	**11.899**	**17.614**

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.
Valores menores que R$ 1 milhão não estão descritos na tabela.
* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Documento elaborado com dados disponíveis até 3 de setembro de 2010.

Relatório de Infraestrutura | Publicação da Confederação Nacional da Indústria - Unidade de Competitividade Industrial (COMPI) | Gerente de Infraestrutura: Wagner Cardoso | Equipe: Alexandre Barra, Carlos Senna, Ilana Ferreira, Matheus de Castro, Rodrigo Garcia | e-mail: infra@cni.org.br | Projeto Gráfico: Núcleo de Editoração CNI | Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC: (61) 3317.9989 sac@cni.org.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF www.cni.org.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.